

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Realização dos créditos fiscais	
2023	16.659	
2024	18.326	
2025	20.497	
2026	23.228	
2027	22.997	
<b>Total</b>	<b>101.707</b>	

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

	2021	
Alíquota efetiva	2022 (reapresentado)	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro <sup>(1)</sup>	807.774	830.073
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(274.643)	(282.225)
Ajustes:		
Outros Créditos (Débitos) de períodos anteriores não constituídos	474	(368)
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica <sup>(1)</sup>	13.731	4.566
Outros incentivos fiscais e despesas inaduetíveis (doações, brindes, multa, etc.) <sup>(2)</sup>	9.951	8.769
<b>Imposto de renda e contribuição social <sup>(1)</sup></b>	<b>(250.927)</b>	<b>(269.258)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>31,06%</b>	<b>32,44%</b>

(\*) O resultado antes dos tributos sobre o lucro e imposto de renda e contribuição social em 2021 foram reapresentados conforme nota explicativa 3.3

(1) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. (2) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/ Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006. **Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário:** A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos. Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acordo foi divulgado em 15 de dezembro de 2021. A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2022, compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

### 13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica IPCP 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinado pela Companhia e a ANEEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado de 2022 como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$95.940 (R\$139.981 em 2021). Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2022	2021
<b>Ativo financeiro valor justo em 2021 e 2020</b>	<b>1.599.382</b>	<b>1.251.680</b>
Adições no exercício <sup>(1)</sup>	462.062	212.600
Baixas no exercício	(9.202)	(4.879)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	95.940	139.981
<b>Ativo financeiro valor justo em 2022 e 2021</b>	<b>2.148.182</b>	<b>1.599.382</b>

(1) Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção. (2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

### 14. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo da construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2021	Adição	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Saldos em 2022
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	223.035	807.908	(253.704)	(535.306)	241.933
(-) <b>Obrigações vinculadas à concessão</b>					
Em construção	15.217	106.400	(22.299)	(73.244)	26.074
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>207.818</b>	<b>701.508</b>	<b>(231.405)</b>	<b>(462.062)</b>	<b>215.859</b>
	<b>Saldos em 2020</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferências <sup>(1)</sup></b>	<b>Baixas <sup>(2)</sup></b>	<b>Saldos em 2021</b>

<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	115.061	500.223	(149.158)	(243.091)	223.035
(-) <b>Obrigações vinculadas à concessão</b>					
Em construção	12.231	43.757	(10.280)	(30.491)	15.217
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>102.830</b>	<b>456.466</b>	<b>(138.878)</b>	<b>(212.600)</b>	<b>207.818</b>

(1) O montante de R\$231.405 (R\$138.878 em 2021) foi transferido para o intangível - contrato de concessão. (2) As baixas no montante de R\$462.062 (R\$212.600 em 2021) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do IPCP 01 (IFRIC 12).

### 15. IMOBILIZADO

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2022
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,33%	876	-	1.476	-	-	2.352
Máquinas e Equipamentos	14,36%	46.290	-	5.787	(7)	-	52.070
Veículos	14,29%	146	-	-	-	-	146
Móveis e utensílios	6,23%	7.597	-	184	-	-	7.781
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>54.909</b>	-	<b>7.447</b>	<b>(7)</b>	-	<b>62.349</b>
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(2)	-	-	-	-	(39)	(41)
Máquinas e Equipamentos	(38,194)	-	-	2	(2.337)	(40.529)	(38.194)
Veículos	(10)	-	-	-	(22)	(32)	(10)
Móveis e utensílios	(5,607)	-	-	-	(280)	(5.887)	(5.607)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(43.813)</b>	-	-	<b>2</b>	<b>(2.678)</b>	<b>(46.489)</b>	<b>(43.813)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		11.096	-	7.447	(5)	(2.678)	15.860
<b>Imobilizado em curso</b>		2.120	7.735	(7.483)	-	-	2.372
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>13.216</b>	<b>7.735</b>	<b>(36)</b>	<b>(5)</b>	<b>(2.678)</b>	<b>18.232</b>

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências <sup>(1)</sup>	Depreciação	Saldos em 2021
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo						
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,33%	-	-	876	-	876
Máquinas e Equipamentos	15,76%	42.560	-	3.730	-	46.290
Veículos	14,29%	-	-	146	-	146
Móveis e utensílios	6,25%	7.473	-	124	-	7.597
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>50.033</b>	-	<b>4.876</b>	-	<b>54.909</b>
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(2)	-	-	-	(2)	(2)
Máquinas e Equipamentos	(36,054)	-	-	(4)	(2.136)	(38.194)
Veículos	(10)	-	-	-	(10)	(10)
Móveis e utensílios	(5,302)	-	-	-	(305)	(5.607)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(41.356)</b>	-	-	<b>(4)</b>	<b>(2.453)</b>	<b>(43.813)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		8.677	-	4.872	(2.453)	11.096
<b>Imobilizado em curso</b>		1.615	5.381	(4.876)	-	2.120
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>10.292</b>	<b>5.381</b>	<b>(4)</b>	<b>(2.453)</b>	<b>13.216</b>

(1) O montante de R\$3(36), R\$ (4) em 2021), refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão.

### 16. INTANGÍVEL

	2022	2021
Intangível - contrato de concessão	738.738	644.442
Intangível - direito de uso	2.203	3.368
Intangível - software	39.517	32.825
<b>Total</b>	<b>780.458</b>	<b>680.635</b>

#### 16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2022
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo	4,67%	2.706.311	299.855	(44.243)	-	2.961.923
Amortização Acumulada		(1.888.790)	(46.115)	34.375	(167.628)	(2.068.158)
<b>Subtotal</b>		<b>817.521</b>	<b>253.740</b>	<b>(9.868)</b>	<b>(167.628)</b>	<b>893.765</b>
(-) <b>Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo	4,28%	816.851	22.374	-	-	839.225
Amortização Acumulada		(643.772)	(75)	-	(40.351)	(684.198)
<b>Subtotal</b>		<b>173.079</b>	<b>22.299</b>	<b>-</b>	<b>(40.351)</b>	<b>155.027</b>
<b>Total do Intangível - contrato de concessão</b>		<b>644.442</b>	<b>231.441</b>	<b>(9.868)</b>	<b>(127.277)</b>	<b>738.738</b>

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2021
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo	4,36%	2.595.009	149.158	(37.856)	-	2.706.311
Amortização Acumulada		(1.784.412)	4	28.580	(132.962)	(1.888.790)
<b>Subtotal</b>		<b>810.597</b>	<b>149.162</b>	<b>(9.276)</b>	<b>(132.962)</b>	<b>817.521</b>
(-) <b>Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo	3,85%	806.571	10.280	-	-	816.851
Amortização Acumulada		(606.816)	-	-	(36.956)	(643.772)
<b>Subtotal</b>		<b>199.755</b>	<b>10.280</b>	<b>-</b>	<b>(36.956)</b>	<b>173.079</b>
<b>Total do Intangível - contrato de concessão</b>		<b>610.842</b>	<b>138.882</b>	<b>(9.276)</b>	<b>(96.006)</b>	<b>644.442</b>

(1) O montante de R\$231.441 (R\$138.878 em 2021), R\$ 231.405 foi transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção e R\$36 (R\$4 em 2021), refere-se às reclassificações para o imobilizado. (2) O montante de R\$9.868 (R\$9.276 em 2021), referem-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$4.930 (R\$53.885 em 2021). A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,67% (4,36% em 2021). **Obrigações vinculadas à concessão:** O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	Saldos em 2022	Saldos em 2021
Contribuição do consumidor <sup>(1)</sup>	243.663	190.602
Participação da União, Estados e Municípios <sup>(2)</sup>	809.717	756.303
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	62.753	62.753
(-) Amortização acumulada	(684.198)	(643.772)
<b>Total</b>	<b>431.935</b>	<b>365.886</b>

Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	250.834	177.590
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	26.074	15.217
Intangível - contrato de concessão	155.027	173.079
<b>Total</b>	<b>431.935</b>	<b>365.886</b>

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço. (2) Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos. **16.2. Intangível - direito de uso:** Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
<b>Intangível - direito de uso - Imóveis</b>				
Custo	11,78%	9.888	-	9.888
Amortização Acumulada		(6.520)	(1.165)	(7.685)
<b>Total do Intangível - direito de uso</b>		<b>3.368</b>	<b>(1.165)</b>	<b>2.203</b>

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
<b>Intangível - direito de uso - Imóveis</b>							
Custo	19,91%	11.152	2.343	127	(3.734)	-	9.888
Amortização Acumulada		(4.424)	-	(127)	-	(1.969)	(6.520)
<b>Total do Intangível - direito de uso</b>		<b>6.728</b>	<b>2.343</b>	<b>-</b>	<b>(3.734)</b>	<b>(1.969)</b>	<b>3.368</b>

#### 16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2022
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	113.947	-	14.330	-	128.277
Amortização Acumulada		(92.914)	-	-	(10.537)	(103.451)
Em curso		11.792	17.229	(14.330)	-	14.691
<b>Total do Intangível - software</b>		<b>32.825</b>	<b>17.229</b>	<b>-</b>	<b>(10.537)</b>	<b>39.517</b>

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	108.826	-	5.121	-	113.947
Amortização Acumulada		(83.870)	-	-	(9.044)	(92.914)
Em curso		7.026	9.887	(5.121)	-	11.792
<b>Total do Intangível - software</b>		<b>31.982</b>	<b>9.887</b>	<b>-</b>	<b>(9.044)</b>	<b>32.825</b>

### 17. FORNECEDORES

	2022	2021
Compra de energia elétrica <sup>(1)</sup>	164.114	174.102
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE <sup>(2)</sup>	13.572	21.036
Encargos do uso da rede elétrica <sup>(1)</sup>	1.203	865
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS <sup>(1)</sup>	23.550	17.572
Encargos do Serviço do Sistema - ESS <sup>(3)</sup>	277	91.720
Encargo de conexão <sup>(1)</sup>	6.352	11.140
Materiais, serviços e outros <sup>(4)</sup>	78.164	51.831
<b>Total</b>	<b>287.232</b>	<b>368.266</b>
Circulante	265.917	347.757
Não circulante	21.315	20.509

(1) **Contratos de energia elétrica e encargos de uso da rede elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. (2) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que esteve perto do piso nos meses de novembro-dezembro/22 comparado com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. (3) **Encargos do serviço do sistema** - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não houve necessidade de grandes despesas fora da ordem de mérito. (4) **Materiais, serviços e outros** - referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

### 18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
INPC	547	41	(552)	(5)	10	-	-	41
IPCA	272.556	-	(16.928)	(13.090)	29.687	-	-	272.225
CDI	565.362	400.000	(25.696)	(49.769)	100.670	-	-	990.567
TR	291.785	-	-	(23.927)	24.286	-	-	292.144
(-) Custos com captação	(1.496)	-	-	-	945	(3.066)	-	(3.617)
Total ao custo amortizado	1.128.754	400.041	(43.176)	(86.791)	155.598	(3.066)	-	1.551.360
Mensuradas ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	318.146	300.000	(69.775)	(8.627)	(2.423)	-	-	537.321
Euro	71.635	64.015	(64.034)	(1.168)	(7.425)	-	-	63.023
(-) Custos com captação	(92)	-	-	-	92	-	-	-
Marcação a mercado	(1.508)	-	-	-	-	-	1.085	(423)
Total ao valor justo	388.181	364.015	(133.809)	(9.795)	(9.756)	-	1.085	599.921
Total	1.516.935	764.056	(176.985)	(96.586)	145.842	(3.066)	1.085	2.151.281
Circulante	203.968	-	-	-	-	-	-	408.128
Não circulante	1.312.967	-	-	-	-	-	-	1.743.153
	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021